



**A TEMÁTICA INDÍGENA NA GEOGRAFIA
ESCOLAR:**
**proposições de sequências didáticas para o
Ensino Médio**

MARIA DA CONCEIÇÃO DA PAZ SILVA

IONE RODRIGUES DINIZ MORAIS

Maria da Conceição da Paz Silva

**A TEMÁTICA INDÍGENA NA GEOGRAFIA ESCOLAR: PROPOSIÇÕES DE
SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PARA O ENSINO MÉDIO**

Relatório Técnico-Científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado Profissional – GEOPROF, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vinculada à área de pesquisa Ensino de Geografia, linha de pesquisa Metodologia do Ensino de Geografia, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Ione Rodrigues Diniz Morais.

RESUMO

O ensino da Geografia, acompanhando a trajetória da Educação, absorve demandas propostas pelo sistema de ensino e pela sociedade, direta ou indiretamente, tornando necessário pensar e discutir sobre a inclusão, sistematização e operacionalização de temáticas que se evidenciam importantes, cuja inserção no currículo se efetiva por exigência da legislação vigente. Nessa tessitura, destaca-se a temática indígena que reivindica uma maior atenção, sobretudo na Geografia. Neste trabalho, buscou-se investigar como a temática indígena se insere no ensino dessa disciplina no Ensino Médio. Nessa perspectiva, a pesquisa realizada objetivou analisar o contexto no qual a temática em pauta se inseriu como tópico de conteúdo da disciplina Geografia; evidenciar os principais marcos normativos da Educação brasileira - LDB, PCNs, BNCC, bem como o novo Documento Curricular do Ensino Médio do Rio Grande do Norte e os editais do PNLD antes e depois da promulgação da Lei 11.645/2008; examinar as coleções de Geografia aprovadas no edital do PNLD 2018, verificando o conteúdo dos livros à luz dos critérios de avaliação do referido edital, e elaborar proposições de sequências didáticas, contemplando a temática indígena, voltadas para o ensino de Geografia no Ensino Médio, sendo este material didático o produto resultante desse esforço de produção técnica e intelectual. Portanto, os resultados desse itinerário de pesquisa estão expostos no Relatório Técnico-Científico e no material didático textual, em anexo, o qual sistematiza uma visão da temática indígena para além do livro didático, sugerindo sequências didáticas que podem ser adaptadas pelo professor no decurso de sua práxis. A Geografia se destaca como uma disciplina que tem amplo potencial para o ensino da temática indígena, discutindo aspectos de diferentes naturezas, desde subtemas que versam sobre etnia, distribuição no território, demarcação de terras, relação com o meio, modo de vida, bem como os processos conflituosos envolvidos na luta pela terra e na reivindicação de seus direitos.

Palavras-Chave: Ensino de Geografia. Temática indígena. Sequência didática

SUMARIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
1	CAMINHOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS: DO ENSINO DE GEOGRAFIA À TEMÁTICA INDÍGENA	12
1.1.	O LUGAR DOS POVOS INDÍGENAS.....	28
2	A TEMÁTICA INDÍGENA NA GEOGRAFIA NO ENSINO MEDIO	33
2.1.	ABORDAGEM DA TEMÁTICA INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO ENSINO MÉDIO	52
3	SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA NA GEOGRAFIA	64
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERENCIAS	69
	APENDICE: A TEMÁTICA INDÍGENA NA GEOGRAFIA ESCOLAR: PROPOSIÇÕES DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PARA O ENSINO MÉDIO	75



A TEMÁTICA INDÍGENA NA GEOGRAFIA ESCOLAR:

**proposições de sequências didáticas para o
Ensino Médio**

MARIA DA CONCEIÇÃO DA PAZ SILVA

IONE RODRIGUES DINIZ MORAIS

MARIA DA CONCEIÇÃO DA PAZ SILVA

IONE RODRIGUES DINIZ MORAIS

**A TEMÁTICA INDIGENA NA GEOGRAFIA ESCOLAR:
Proposições de Sequências Didáticas para o Ensino Médio**

CAICÓ – RN

2018

SUMARIO

APRESENTAÇÃO.....	4
SEQUÊNCIA DIDÁTICA 1: Percepção sobre povos indígenas	5
SEQUÊNCIA DIDÁTICA 2: Formação da população brasileira: contribuição dos povos originários.....	12
SEQUÊNCIA DIDÁTICA 3: Existem Indígenas no Rio Grande Do Norte?	19
SEQUÊNCIA DIDÁTICA 4: EXISTEM INDIGENAS NO RIO GRANDE DO NORTE!	29
PALAVRAS FINAIS	43
REFERÊNCIAS	44

APRESENTAÇÃO

Aos Professores...

O Ensino de Geografia, acompanhando as demandas da educação formal, se adapta as mais diversas discussões, porém sem perder de vista a compreensão do espaço e dos atores que nele se inserem. Nesse século, as questões inerentes aos direitos humanos, a tolerância, ao aprender a conviver, ao meio ambiente emergem no contexto do ensino, seguindo o movimento da própria sociedade em que vozes historicamente silenciadas têm ganhado força por meio de movimentos de autoafirmação. Tais questões alcançam a Geografia no sentido em que essa ciência também contribui para a formação cidadã a partir da análise crítica da sociedade no tempo/espaço em diferentes escalas.

A Lei 11.645/2008, a qual modifica as diretrizes e bases da Educação Nacional, preceitua a inclusão obrigatória no currículo oficial da rede de ensino da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Nessa tessitura, é gerada a necessidade de abordar a temática em questão no ensino de todas as disciplinas do currículo da Educação básica.

A temática indígena, ao longo da história, não tem sido abordada de maneira adequada, por vezes contribuindo para a difusão de estereótipos e preconceitos acerca do indígena. O fato de que a história desses povos sempre foi registrada com o olhar do colonizador, fez com que, na atualidade, a sociedade ignore sua existência e os enxergue apenas como elementos do passado, negligenciando suas lutas e sua existência no cotidiano.

Na Geografia, a temática indígena, na maioria dos livros didáticos, é tratada apenas no conteúdo de população brasileira e, por vezes, reafirmando a visão equivocada da importância desses povos apenas no passado e de sua existência atual circunscrita as regiões Norte e Centro-oeste do país.

A elaboração desse material busca colaborar para uma visão da temática indígena para além do livro didático, sugerindo sequências didáticas que podem ser adaptadas pelo professor no decurso de sua prática. Como as atividades são direcionadas para o Ensino Médio, buscou-se priorizar as competências e habilidades da matriz elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP utilizada no Exame Nacional do Ensino Médio. Outrossim, busca responder a uma demanda tanto da BNCC quanto do Documento Curricular do Ensino Médio do Rio Grande do Norte, que inclui na Geografia do Ensino Médio o questionamento a respeito de quem são e quantos são os povos indígenas do território potiguar. Sabendo da ainda escassa oferta de material, devido ao recente desenvolvimento de pesquisas sobre a identidade indígena no Rio Grande do Norte, esta é uma iniciativa que busca auxiliar o professor também na introdução dessa temática.

...Bom trabalho!

Maria da Conceição da Paz Silva

SEQUÊNCIA DIDÁTICA 1: PERCEPÇÃO SOBRE POVOS INDÍGENAS

Atualmente ainda se faz necessário desconstruir muitos preconceitos que corroboram para a desigualdade entre os diversos grupos sociais que integram a sociedade brasileira. Dentre eles estão os povos indígenas, que embora historicamente renegados, a passos lentos vem conquistando um mínimo de reconhecimento.

Estes povos trazem consigo uma longa história de lutas frente ao processo de colonização do território, após a chegada dos Europeus em 1500. Um passado trágico para esses povos que se viram escravizados, dizimados por doenças ou pelos genocídios ocorridos ao longo desse processo. Além disso, tiveram suas organizações sociais desarticuladas, deixando-os totalmente em desvantagem no processo de colonização e, posteriormente, a consequente exclusão social e as problemáticas advindas dessa marginalização.

Esse cenário de exclusão gerou por vezes um anonimato, por outras, a personificação equivocada do indígena retratado para estudantes através dos livros didáticos. Entretanto, a medida que ocorrem avanços no campo de pesquisas sobre os povos indígenas, tais equívocos vão sendo retificados e a oferta de publicações vai se ampliando para os mais diversos níveis educacionais.

Apesar da ampliação de materiais e publicações, a partir da realidade da sala de aula se percebe que os alunos, em sua maioria, reproduzem a visão eurocêntrica acerca do indígena; pouco ou quase nada sabem sobre esse grupo populacional na atualidade. De acordo com Funari (2011, p.109), é visível que expressiva parcela dos jovens estudantes brasileiros continua a perceber o indígena como habitante das florestas distantes e pertencentes a tempos longínquos. Nessa visão, o indígena não existe no presente ou quando existe, habitando as ocas da Amazônia.

Este olhar preconceituoso, que por sua vez é gerado pela falta de conhecimento e pelo próprio desinteresse da sociedade em conhecer de forma mais aprofundada a questão indígena, se perpetua fazendo-se necessário a incorporação de uma visão mais atual a respeito da população indígena, seus modos de vida e as

realidades vivenciadas na contemporaneidade, bem como suas perspectivas e desafios.

Apesar do livro didático atender aos requisitos mínimos exigidos nos editais do PNLD quanto à obrigatoriedade de abordar a temática indígena, muitas edições a apresentam minimamente, a partir de uma abordagem bastante superficial, sendo necessária uma complementação do material didático, por parte do professor, caso pretenda aprofundar as discussões em sala de aula.

Assim, é importante um exercício de sondagem para verificar quais ideias a respeito dos povos indígenas os alunos irão apresentar. Na aplicação da atividade de sondagem existe a probabilidade de aparecerem diversos conceitos inadequados e muito provavelmente, a tradicional visão do indígena do passado. Caso esse tipo de expectativa se concretize, cabe ao professor mediar discussões acerca da temática, buscando equalizar a narrativa e a desconstrução dos preconceitos. No caso da não ocorrência da situação anteriormente descrita, a aula servirá como uma oportunidade de relembrar e reafirmar a importância da inclusão dessa discussão.

É importante também o professor ter o mínimo de segurança para discutir com o aluno o que é considerado preconceito, discriminação e estereótipo. Nesse sentido, convém complementar o conhecimento geográfico também com tais definições. Para efeito de discussão em sala de aula pode-se utilizar as abordagens apresentadas a seguir.

O preconceito pode ser entendido como “atitude desfavorável para com um grupo ou indivíduos que nele se inserem, baseada não em seus atributos reais, mas em ideias preconcebidas” (Lopes, 2006, p. 135). É um conceito apressado, uma opinião, uma descrição, uma explicação, uma caracterização, que vem antes de qualquer esforço verdadeiro no sentido de se entender o outro, o diferente, o estrangeiro, o estranho, em sua diferença e alteridade (ALBUQUERQUE Jr., 2017, p.164).

A discriminação é um tipo de comportamento que pode ser um tratamento diferenciado, expressões verbais hostis, podendo chegar ao seu extremo que são os manifestos de agressividade, ataque físico e extermínio. A palavra discriminar significa “distinguir, diferenciar, discernir” (GOMES, 2005). Esse termo também

costuma ser usado na definição do tratamento desfavorável dispensado de maneira arbitrária a alguns grupos humanos.

Já o estereótipo, é uma forma de generalização do outro a partir de julgamentos oriundos de alguma categoria que ele se associa. Um ensaio rápido e negativo do que é o outro que resulta geralmente generalizações incorretas que rotulam as pessoas, negando sua identidade individual. De acordo com Albuquerque Júnior (2017), leva à uma imagem do outro que não é passível de discussão ou problematização.

Os povos indígenas, além das questões territoriais que envolvem o Estado e demais atores do capital, ainda são submetidos a um processo de discriminação por parte da sociedade, que por não compreender a construção de sua identidade, acaba por difundir preconceitos históricos tais como aproveitador, preguiçoso, atrasado, dentre outros.

Em um contexto em que o preconceito e as manifestações de ódio no Brasil têm tomado dimensões alarmantes, e estes se tornam os principais motes para os ataques aos direitos dos povos indígenas, é importante iniciativas de combate à discriminação.

No estado do Pará, após diversas denúncias de atos de intolerância praticados contra indígenas, principalmente em ambientes escolares ou em meio a disputas pelo direito a terra, o Ministério Público Federal - MPF acordou com o Estado e o Ministério da Educação - MEC, a elaboração e divulgação de um material didático com informações para o combate a atitudes de preconceito, racismo e discriminação contra povos indígenas do Pará, intitulado "Para fazer de nossa sociedade um lugar livre de preconceito contra os povos indígenas". O material foi distribuído em abril de 2017, e destaca ideias recebidas e retransmitidas como verdadeiras, mas que são carregadas de discriminação e violência. Como exemplos, os pensamentos de que os índios são primitivos, aculturados, preguiçosos, não têm cara de índio e estão desaparecendo, apresentam respostas objetivas e didáticas para cada uma destas falsas ideias.

"ESTÃO DESAPARECENDO"

A tentativa de integração dos nativos à sociedade branca (colonizadora) e todas as formas de preconceito massificaram as ideologias de negação de identidade, geraram vergonha e medo na afirmação das identidades indígenas. A própria escola, por meio dos livros didáticos, disseminou e fortaleceu o preconceito contra os nativos ao longo da história deste país.

NÃO TEM CARA DE "ÍNDIO"

Tem-se enraizado na sociedade em geral um estereótipo do indígena como se fossemos todos iguais: cabelos negros e lisos, pele morena, olhos pequenos e puxados, livre de pelos no corpo. Nem mesmo no ano de 1500 éramos todos iguais e muitas diferenças chamaram inclusive atenção dos cronistas das expedições colonizadoras. Havia diferenças nos tons de pele, bem como na cor, espessura e forma dos cabelos, até na obliquidade dos olhos, altura etc. Esperar que 500 anos depois da chegada do colonizador o indígena tenha uma única "cara" é uma ideia racista, além do mais muitos brancos e negros cruzaram com o sangue indígena nesse período inevitavelmente, por isso o indígena de hoje pode não corresponder aos estereótipos e isso não nos faz menos "índios".

**PARA SE DESPEDIR**

Nossas terras foram divididas pelos invasores portugueses e espanhóis que exploraram o pau-brasil, o ouro e todas as nossas riquezas. Tentaram nos escravizar, usurparam nossa língua e ainda hoje todas as Terras Indígenas continuam sendo disputadas por interesses ligados ao capital.

Nossos direitos não são respeitados, mas continuamos resistindo e lutando para manter nosso Território e através da Educação escolar nas nossas aldeias fortalecemos nossas culturas e tradições, ensinamos os saberes para os nossos filhos e revitalizamos a nossa língua.

É importante reconhecer a contribuição dos Povos Indígenas para a sociedade mundial: a domesticação da mandioca e o aproveitamento de várias plantas nativas na alimentação e cuidados com a saúde. Difundiram o uso da rede de dormir, o banho diário e práticas específicas de sobrevivência. Legaram ao nosso vocabulário aproximadamente 20 mil palavras, como nomes de lugares, pessoas, plantas, animais. Muitas de suas Lendas e Mitos constituem o folclore brasileiro.

A diversidade de culturas compõe um rico mosaico de tradições, línguas e visões de mundo. É preciso reconhecer e respeitar os Povos Indígenas com suas histórias, culturas, tradições e saberes que lhes são específicos e repassados por seus ancestrais através das gerações por meio da memória oral.

Nós, os Povos Indígenas do baixo Tapajós estamos vivos e lutamos contra o preconceito arraigado em nossa sociedade, só queremos respeito à nossa existência, às nossas culturas, aos sagrados e encantados do nosso lugar, ameaçado por muitos empreendimentos que nos fazem sofrer: madeiras, garimpos, plantações de soja, agropecuária, mineradoras, construções das hidrelétricas. As consequências são irreversíveis! A Mãe Natureza chora por Justiça! Queremos viver! Esse é o nosso lugar, o rio Tapajós é a nossa casa, a nossa vida.

Iára Elizabeth Sousa Ferreira - Arapyun
Pedagoga, Esp. em Coordenação Pedagógica - UFOPA
Coordenadora da Educação Escolar Indígena
SEMED/Santarém-Pará

SOU SIMPLEMENTE

Sou vento, sou fogo,
Sou mata, sou terra...
Sou força, intensidade,
Sou espírito, sou pássaro,
Sou bicho, sou gente,
Sou alma, sou mente,
Sou diversidade...
Tua criação, verdade!
Sou feroz, sou encantamento,
Sou fruto, sou flor sobre o firmamento!
Sou ímpar, diferente,
Sou nativa que ama simplesmente.

Iára Ferreira Arapyun

REALIZAÇÃO:

**PARA FAZER DE
NOSSA SOCIEDADE
UM LUGAR LIVRE DE
PRECONCEITO CONTRA
OS POVOS INDÍGENAS**



Material didático de combate ao racismo contra indígenas

Nessa mesma direção, a Fundação Nacional do Índio - Funai e o Instituto Socioambiental (ISA) lançaram na mesma época, campanhas educativas intituladas, respectivamente, "Conheça, Pesquise, combata o preconceito" e "Menos preconceito, mais índio". Esta teve o objetivo de desmistificar a figura do índio isolado, e sem diversidade e lembra-lo como ser digno de ter seus direitos respeitados.

O material elaborado pela FUNAI ressalta ainda a ideia errônea de que o índio vive em um estado passageiro e que, a partir do convívio com as sociedades ocidentais colonizadoras se tornaria "civilizado", deixando de ser índio. A partir de cinco eixos temáticos essenciais para o entendimento da importância do respeito à pluralidade



Cartaz da campanha "Conheça, Pesquise, Combata o preconceito"

dos modos de vida indígenas (o índio não é preguiçoso; não existe "índio falso" e "índio verdadeiro"; lugar de índio não é no passado; o índio não é obstáculo ao desenvolvimento; os saberes indígenas enriquecem o Brasil), convida a sociedade a repensar a relação que estabelece com essas populações.

Para dar suporte à discussão, o professor poderá buscar subsídios nos materiais disponibilizados pelas entidades indigenistas, como as citadas anteriormente, utilizando-os tanto de forma complementar à sua formação, quanto para oferecer aos alunos.

Refletir sobre os preconceitos deve ser a etapa introdutória para discutir os povos indígenas. Assim, é dada a sugestão de uma sequência didática que possa ser utilizada na primeira aula sobre o tema.

Para iniciar a atividade é necessário um levantamento prévio dos conhecimentos dos alunos acerca do tema em questão. Assim, o professor poderá dividir a atividade em 3 momentos - duas dinâmicas e uma atividade de produção de texto, conforme sugerido a seguir.

SAIBA MAIS



- ✓ Material didático de combate ao racismo contra indígena
<http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2017/material-didatico-de-combate-a-racismo-contra-indigenas/>
- ✓ Campanha Abril Indígena 2017 - Funai
<http://www.funai.gov.br/index.php/ascom/4188-campanha-abril-indigena-2017>
- ✓ Campanha do Instituto Socioambiental (ISA) "Menos preconceito, mais índio"
<https://www.youtube.com/watch?v=cqmTMFlsp7w>

Quadro 1: Proposta de sequência didática - Percepção sobre povos indígenas

Tema	Povos Indígenas: (Pré)conceitos
Objetivos	Introduzir o conteúdo Povos indígenas; Discutir os preconceitos e estereótipos envoltos a essa população
Competências e Habilidades	C1 - Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

	H 4 - Comparar os pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura
Duração	2 aulas de 45 min
Material necessário	Papel, Fita adesiva, caixa pequena.

1º momento - Dinâmica: Pensamento relâmpago

O professor deverá entregar a cada aluno um pequeno pedaço de papel; em seguida passar a seguinte orientação:

O aluno deverá escrever no papel 3 palavras que vêm à sua mente quando pensa em povos indígenas.

O tempo dado será de apenas 30 segundos, pois a resposta imediata provavelmente será mais espontânea sem muito tempo para pensar e articular.

Em seguida o professor deverá recolher todas as respostas em uma caixa, misturar e sortear algumas delas para serem lidas em voz alta por alguns alunos, convidando os demais à reflexão.



2º momento - Dinâmica “Fato ou Fake”

Para introdução à temática pode ser usada uma dinâmica aqui denominada de “fato ou *fake*?”

Aproveitando a linguagem da internet o professor leva para a sala de aula diversas informações a respeito dos povos indígenas para que os alunos classifiquem como verdadeiras ou não.

Tais informações podem ser manchetes de jornais, dados estatísticos, fatos históricos, curiosidades.

As afirmações falsas (*fake*) podem ser informações propositalmente alteradas pelo professor ou afirmações errôneas e preconceituosas advindas do senso comum.

O professor escreverá no quadro as duas opções (fato - *fake*) e sorteará alguns alunos para classificar as afirmações. O aluno deverá colar a informação abaixo da opção escolhida.



Ao final, o professor deverá questionar os demais alunos da turma se concordam ou não com as respostas dos colegas, buscando saber o porquê. Nesse momento, deverá pontuar os aspectos corretos presentes na atividade.

3º momento - Produção de texto



Após a atividade anterior, os alunos deverão escrever um pequeno texto (no máximo 1 lauda) no qual irão discorrer sobre o que sabem a respeito dos povos indígenas.

A intenção é que o referido texto sirva como um parâmetro para avaliar os conhecimentos prévios e os apreendidos ao final das atividades propostas, quando deverão redigir novamente suas impressões.

Para facilitar o desencadeamento de ideias poderão ser lançadas questões para nortear o texto, como por exemplo:

- Como vivem os indígenas no Brasil?
- Os povos indígenas são importantes para o país?
- Acha justa a demarcação das terras indígenas?
- O que poderia ser feito para a melhoria das condições de vida da população

SEQUÊNCIA DIDÁTICA 2: FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Na Geografia do Ensino Médio, a temática indígena aparece principalmente quando é abordado o conteúdo “a população do Brasil”. Na maioria das vezes se resume a essa abordagem, ocupando em média de duas a três páginas do livro didático. No que tange às ilustrações, habitualmente a maioria dos livros apresenta fotografia de povos da Região Norte do país, mesmo aqueles que melhor detalham o conteúdo.

Apesar dos avanços, alguns dos estereótipos ainda são observados mesmo que de maneira sutil nos livros didáticos. Portanto, é importante que o professor esteja atento no sentido de corrigir e complementar as informações, caso seja necessário.

Ao abordar a população brasileira, é importante partir de sua formação para compreender os processos atuais. Assim, parte-se da ideia de que o território que atualmente é o Brasil era habitado por diferentes povos, que atualmente são tratados como povos originários, justamente por serem os primeiros habitantes. No período colonial, somam-se a esses povos, os colonizadores europeus e a mão de obra escrava trazida do continente africano. Posteriormente, os asiáticos e demais povos imigrantes que, até os dias atuais, contribuem na miscigenação da população brasileira.

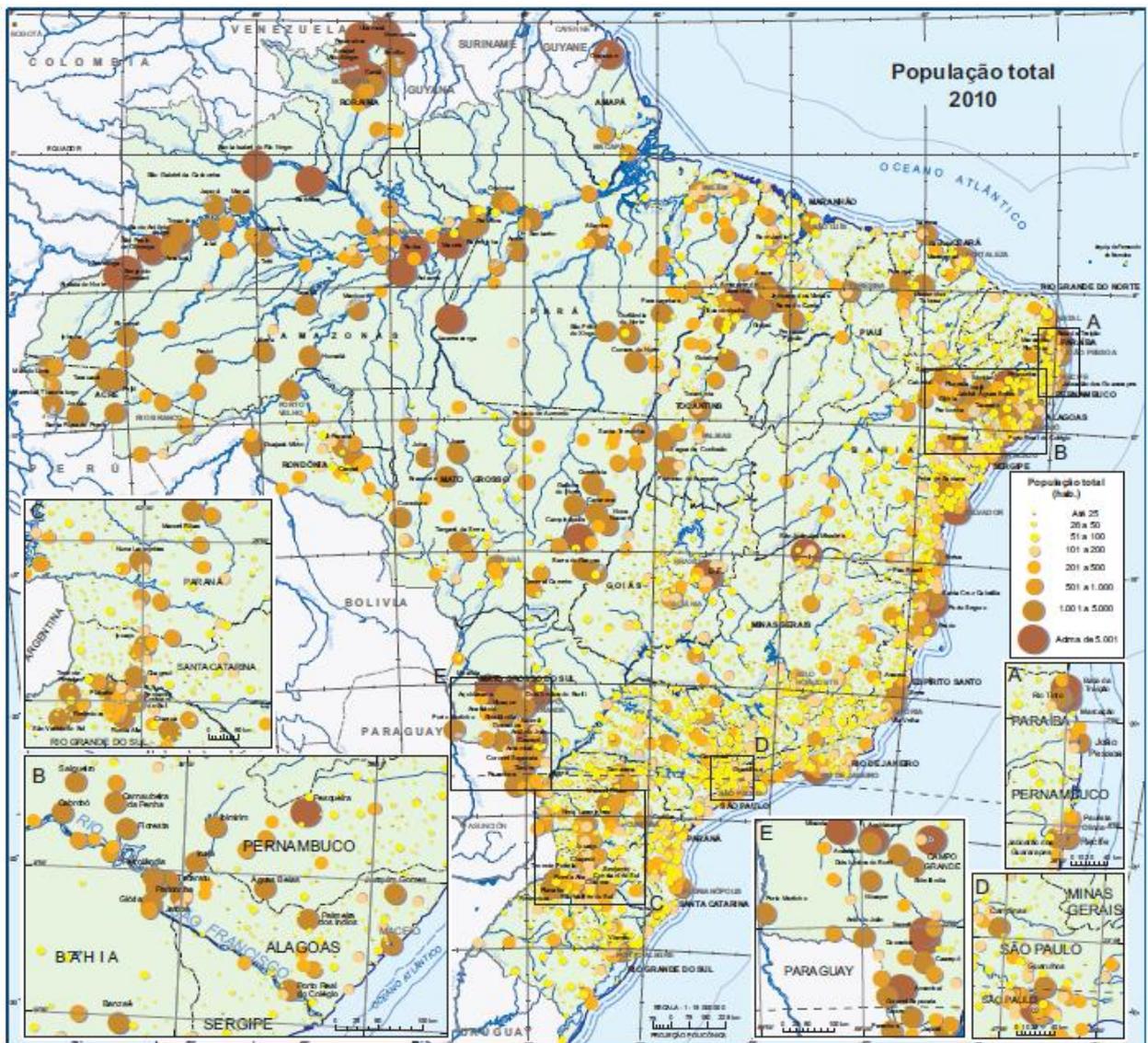
A partir da chegada dos europeus, começa um processo de dominação, conquista de territórios resultando em conflitos e extermínio da população originária. O que na maioria dos livros não fica muito claro, é justamente o nível de violência sofrida pelos povos originários e o verdadeiro genocídio e etnocídio aos quais foram submetidos. Além das mortes por conflitos, as doenças trazidas pelos europeus para as quais o indígena não apresentava imunidade, ceifou a vida de milhares, contribuindo para dizimar parte da população.

Como se não bastassem a escravidão, a fome e a guerra, boa parte dos índios eram exterminados com doenças trazidas pelos europeus, como varíola, gripe, sarampo, tuberculose e sífilis. Os brancos chegavam a dar de ‘presente’ aos índios roupas usadas por doentes para apressar o fim dos povos naturais da terra (FARIAS, 2017, p.17).

Porém, é necessário ter cuidado com tal discurso para que não transmita a ideia de que esses povos foram exterminados e o pouco que resta está resumido aos

povos da floresta. Esses povos e seus remanescentes estão distribuídos pelo território brasileiro, resistindo e lutando pela sobrevivência física e cultural. A Figura 01 mostra a distribuição da população indígena, incluindo os que se autodeclaram nesta categoria, mesmo vivendo em espaços urbanos fora de áreas demarcadas no Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

Figura 01 - População Indígena do Brasil em 2010



Fonte: IBGE, 2012

Os dados sobre a população indígena brasileira começam a aparecer nos censos a partir de 1991, levando em consideração o quesito cor ou raça. Nos censos

Nota-se que algumas categorias não aparecem em todos os censos, como por exemplo, pardos e indígenas. Com isso, havia uma tendência de branqueamento da população, uma vez que, diante dos preconceitos existentes e que perduram até os dias atuais, as pessoas evitavam se autodeclarar pretos e indígenas por serem categorias menosprezadas. As pesquisas induziam a mostrar certos grupos com menor expressividade e, dependendo da região, até mesmo extintos. Dessa forma, o crescimento populacional de determinada categoria pode ser influenciado, mascarado ou evidenciado com base na metodologia da pesquisa censitária.

Outro fator relevante para o aumento do número de indígenas é o processo de etnogênese, que corresponde à reconstrução das comunidades indígenas que supostamente não existiam mais ou a emergência de novas identidades étnicas ou de ressurgimento de etnias já reconhecidas. Trata-se basicamente de populações que por longo tempo esconderam suas identidades, tendo em vista os estereótipos e preconceitos sofridos e que, atualmente, têm voltado a afirmar a sua identidade como povo indígena, passado a lutar pelo reconhecimento por parte das autoridades de Estado, buscando assegurar o acesso aos direitos previstos pela legislação.

Vale salientar que as comunidades que passam por esse processo não se recompõem em sua cultura “pura” isolada do contexto sociocultural atual. Ao contrário, muitas dessas comunidades incorporam os elementos da cultura indígena no seu cotidiano, sem abrir mão totalmente dos elementos da contemporaneidade.

Trabalhar essas questões em sala de aula é de grande importância, no sentido de corroborar para visibilidade dos povos indígenas. A sequência didática seguinte, foi elaborada com objetivo de enfatizar a participação dos povos originários na formação da população brasileira, fazendo um paralelo com o contexto atual.

SAIBA MAIS



- ✓ Mapas da população indígena no Brasil de 1991 a 2010
<https://indigenas.ibge.gov.br/downloads.html>
- ✓ Livro “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”, Darcy Ribeiro . São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 1995. (EBOOK - PDF)
<https://drive.google.com/file/d/0BxWNLJKrkYQwUkxrDmF6Nlg1RHc/view>

Quadro 2: Proposta de sequência didática - Formação da população brasileira: contribuição dos povos originários

Tema	Formação do povo brasileiro
Objetivos	Identificar características da interculturalidade na população brasileira; Discutir a contribuição dos povos indígenas na formação da população e na atualidade
Competências e Habilidades	C1 - Compreender os elementos culturais que constituem as identidades. H 4 - Comparar os pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura C3 - Compreender a produção e o papel históricos das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais. H11 - Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.
Duração	4 horas/aulas
Material necessário	Projeter multimídia; caixa de som; cartolina; canetinhas coloridas ou pincel, guache
Passo 1 - Situação-problema da realidade	
<p>Inicie a aula motivando os alunos em relação ao tema por meio de uma explicação sobre a necessidade de se estudar sobre a população brasileira, sua origem e os povos que contribuíram para sua formação. E, que convém iniciar os estudos, pelos povos originários, ou seja, a população indígena.</p> <p>Como os alunos já tem algum conhecimento sobre as questões indígenas, problematize o tema a partir dos seguintes questionamentos: Como vivem os povos originários? Por que estes povos até os dias atuais vivem em constante luta pelas terras e por serem reconhecidos pela sociedade?</p> <p>O questionamento deve levar os alunos a pensarem sobre o problema, que tem raízes históricas e sociais. Para colaborar com a reflexão, os alunos deverão assistir a dois vídeos que abordam a temática em diferentes temporalidades.</p>	



O Povo Brasileiro de Darcy Ribeiro - Matriz Tupi, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rQOPdiEdX24>. Trata-se do primeiro episódio da série que é recriação da narrativa de Darcy Ribeiro, em linguagem televisiva. Discute a formação dos brasileiros, sua origem mestiça e a singularidade do sincretismo cultural que dela resultou (26min).

O outro vídeo é a música "Demarcação Já!", uma homenagem de mais de 25 artistas aos povos indígenas do Brasil, lançado em 2017 e faz um apanhado da realidade vivenciada pelos povos indígenas da colonização à atualidade. O vídeo tem duração de 15min, no entanto, a mensagem principal é dada até os 10 primeiros minutos. A letra da música está no anexo I, caso o professor deseje compartilhar com os alunos. O vídeo está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wbMzdkaMsd0>



Passo 2 - Pontos-chave

O professor deverá instigar os alunos a pensarem sobre as semelhanças e diferenças entre os vídeos assistidos. A partir daí, fomentar uma discussão pautada em questionamentos como: o que causou a problemática indígena e quais os desafios dessa população na atualidade?

Passo 3 - Teorização (conteúdo)

- O professor trabalha o tema “formação da população brasileira” de forma geral, podendo utilizar inclusive o livro didático, caso tenha disponibilidade, focando na contribuição dos povos originários.
- Importante frisar as seguintes questões:
 - genocídio indígena e as tentativas de extermínio da população nos dias atuais
 - distribuição dos indígenas pelo território brasileiro. Para isto pode ser utilizado o mapa do IBGE anteriormente apresentado, obtendo também em melhor resolução por meio do link disponibilizado.
 - interiorização - durante a conquista do litoral leste pelos colonizadores, os povos indígenas foram obrigados a se deslocarem para o interior na intenção de fugir dos conflitos e escravidão. (FARIAS, 2017, P.19). Nesse contexto, os indígenas que não se deslocaram e sobreviveram, durante muito tempo permaneceram escondidos, passaram por processos de miscigenação, aculturação.

- movimentos de mobilização - no último século esses movimentos foram responsáveis pelo processo de reconstrução de comunidades, que supostamente não existiam mais ou a emergência de novas identidades étnicas ou de ressurgimento de etnias já reconhecidas.
- Dentre os indígenas que residem nas áreas urbanas, 33,7% estão na Região Nordeste.
- Lei de Terras (1850) - garante ao índio a posse das terras remanescentes, no entanto as classes dominantes conseguiam por meio da violência expropriar estas terras alegando a extinção dos povos nativos ou mesmo a sua miscigenação.
- Os fatos anteriores, juntamente com o genocídio ocorrido com a Guerra dos Bárbaros no Rio Grande do Norte, colaboraram para que, até pouco tempo, se afirmasse que não existia indígenas no estado.

Passo 4 - Hipóteses de solução com argumentação fundamentada teoricamente

O professor retoma o problema inicial das condições de vida dos povos indígenas.

Os alunos serão levados a refletir sobre os caminhos para a solução ou mitigação do problema atual, bem como o papel do estado e da sociedade civil nesse processo.



Passo 5 - Compreensão, aplicação e reconstrução da realidade

Divulgar as propostas de solução apresentadas pelos alunos e discutidas na aula.

Sugestão de atividade: oficina de criação de cartazes acerca dos povos indígenas incluindo informações sobre o conteúdo até então estudado.

Os alunos, divididos em grupos, poderão exercitar a criatividade elaborando cartazes de apoio, protesto, conscientização, informação sobre as questões indígenas.

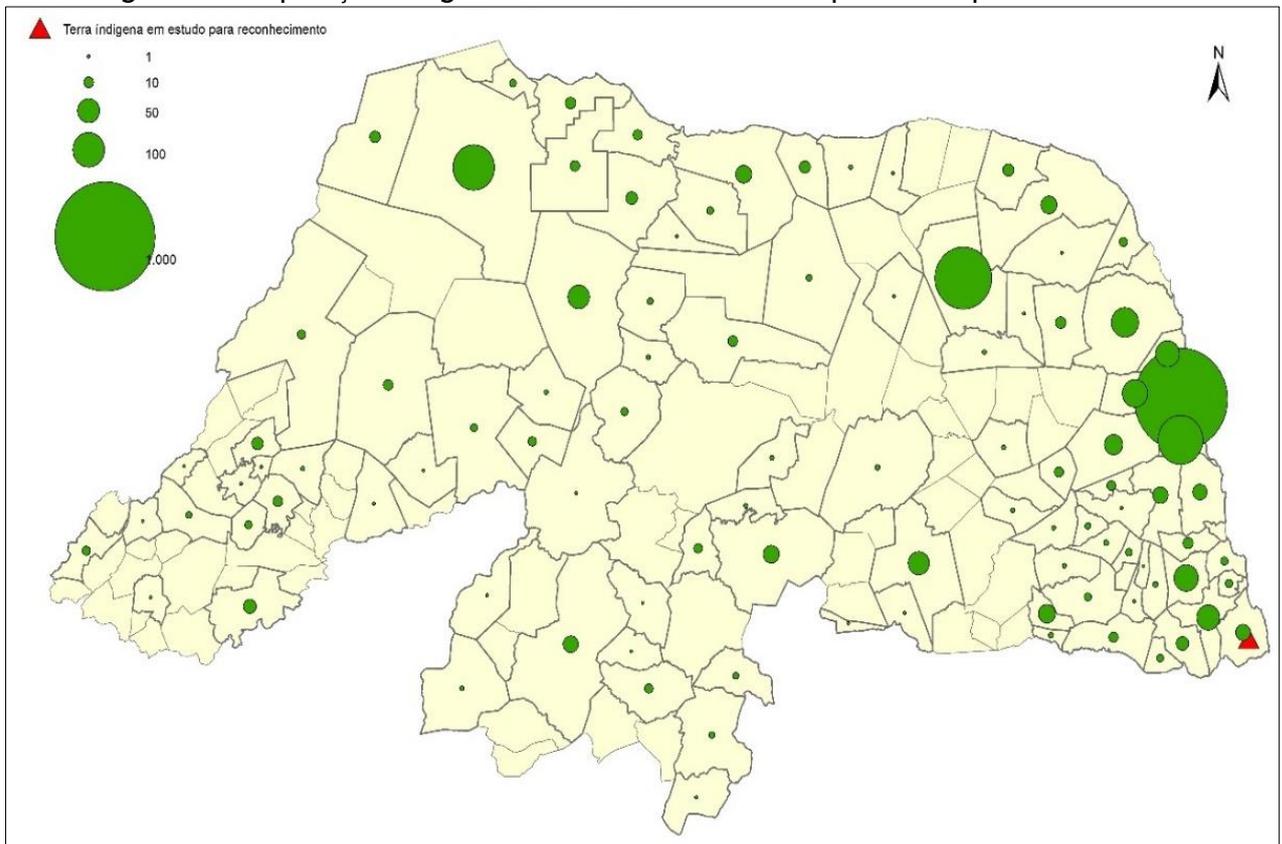
Caberá ao professor, a mediação do processo de elaboração dos trabalhos e orientar para que os cartazes possam ser afixados na sala ou outro ambiente apropriado na escola.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA 3: Existem Indígenas no Rio Grande Do Norte?

A principal fonte de dados sobre população do país é sem dúvidas, o censo demográfico. Nele estão contidas as informações mais importantes que darão suporte à decisões e encaminhamentos de políticas públicas e até mesmo de mercado. Desta forma, contabilizar a população indígena é essencial para reafirmar sua existência e a manutenção de suas identidades.

Além de dados sobre população, o IBGE dispõe também de dados de localização das Terras Indígenas. De acordo com informações da base de dados da referida instituição, a população autodeclarada indígena no Rio Grande do Norte soma 2.597 habitantes, o que corresponde a 0,1% do total da população do estado. Assim, é classificada como a menor população indígena por unidade da federação brasileira, tanto em número absoluto quanto relativo. A distribuição dessa população no território potiguar está representada na Figura 02.

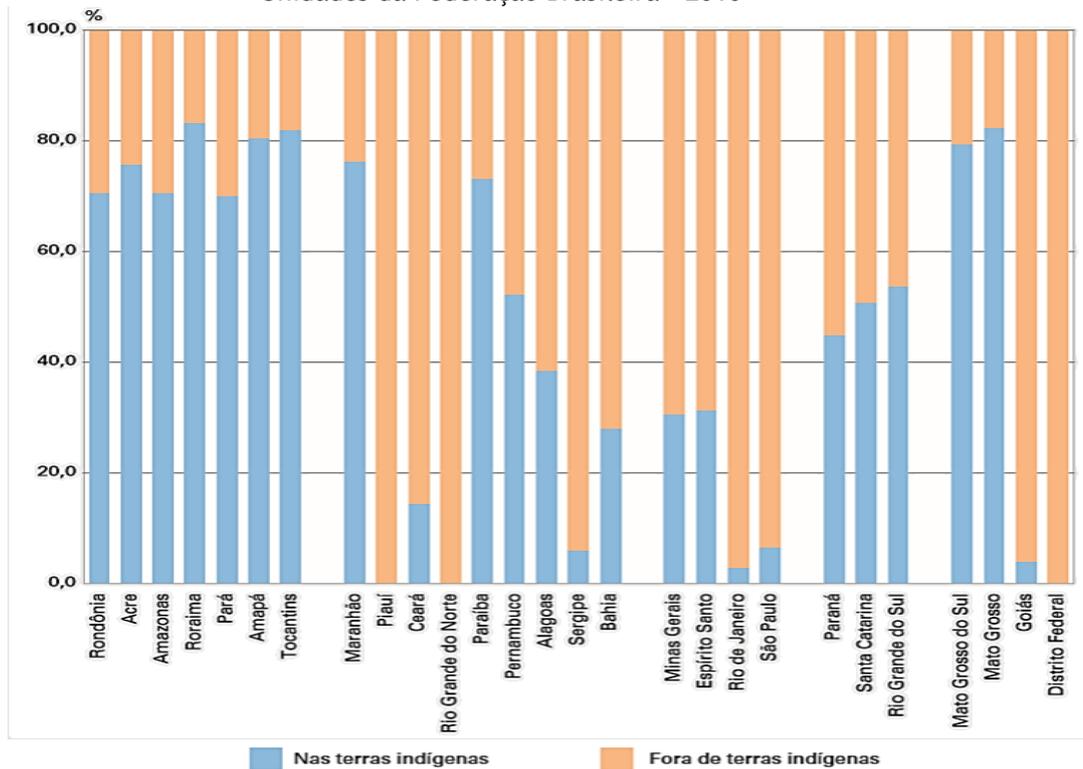
Figura 02 - População Indígena do Rio Grande do Norte por município - 2010



Fonte: Dados do Censo Demográfico. IBGE, 2010.

Dentre os domicílios alvo do Censo 2010 no Rio Grande do Norte, em 1.516 domicílios particulares permanentes habitava pelo menos um morador que se autodeclarava indígena. No que se refere à localização desses domicílios no Rio Grande do Norte, de acordo com a mesma fonte, a totalidade deles estava fora de Terras Indígenas - TI, diferentemente do que ocorre na maioria das Unidades da Federação (UF) (Figura 03).

Figura 03 - Distribuição percentual da população indígena, por localização do domicílio, segundo as Unidades da Federação Brasileira - 2010



Fonte: IBGE, 2010.

Os dados demonstram que existem muitos indígenas que não detêm da posse da terra, porém no estado do Rio Grande do Norte existe o agravante de que não há ainda as TIs demarcadas e reconhecidas pelo governo federal; sem esse reconhecimento se torna mais difícil a reivindicação de direitos. O processo de reconhecimento é longo e complexo, envolve conflitos de interesses que retardam o andamento da questão. No território potiguar apenas uma área, localizada no município de Baía Formosa, está em fase de estudo para reconhecimento.

Dada a existência de população autodeclarada indígena e de comunidades que reivindicam seu reconhecimento como povos originários/indígenas é possível afirmar

que existem indígenas no Rio Grande do Norte. Informação que causa surpresa não somente nos alunos, ao abordar o tema em sala de aula, mas também na sociedade em geral quando se depara com tal afirmação.

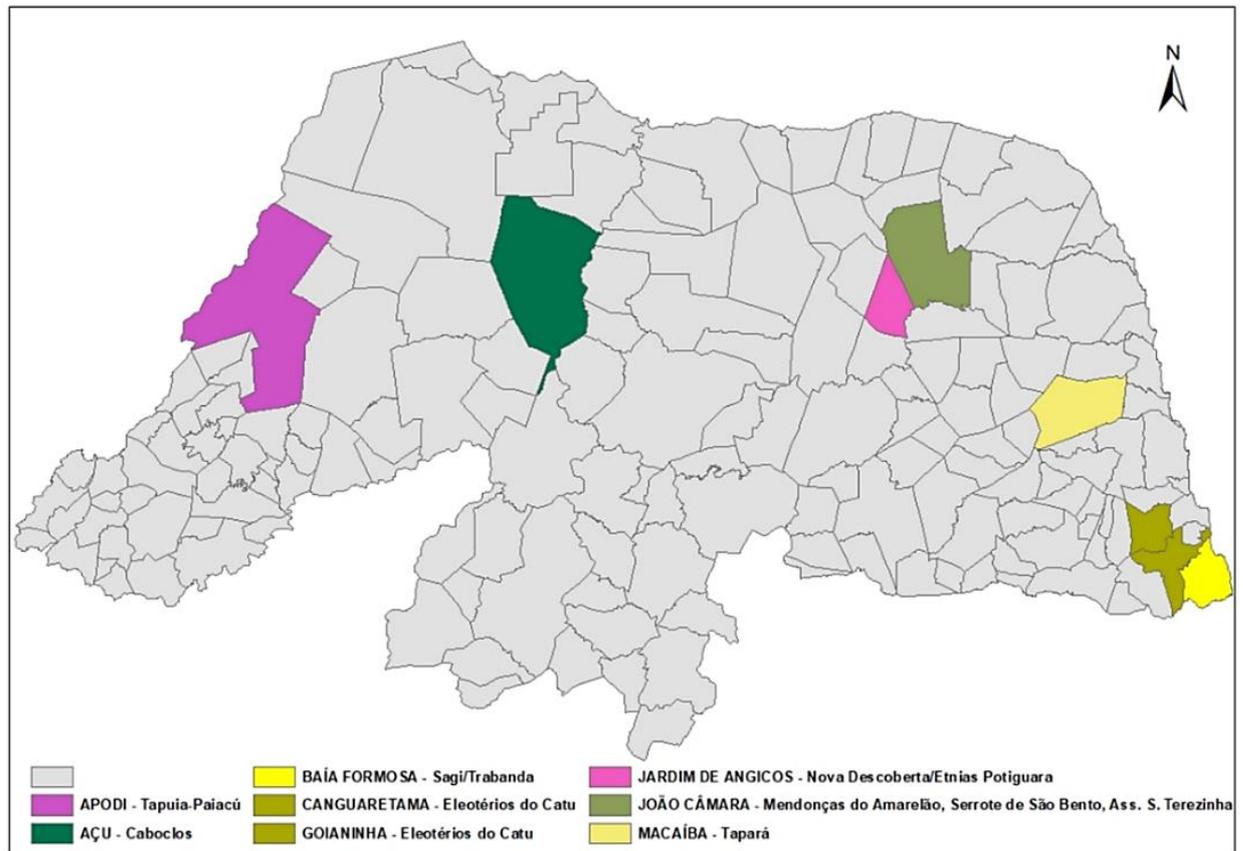
O Documento Curricular do Ensino Médio do Rio Grande do Norte, elaborado de acordo com Base Nacional Comum Curricular - BNCC, sugere que no componente curricular de Geografia seja abordada a temática indígena a partir da seguinte pergunta: Quem são e quantos são os povos indígenas no Rio Grande do Norte? Essa situação evidencia a necessidade de se buscar fontes e estratégias metodológicas para a abordagem desse conteúdo.

Como mencionado anteriormente, no estado não há terras indígenas legalmente reconhecidas pela instância federal. No entanto, a retomada de estudos antropológicos e a organização do movimento indigenista no estado, identificou comunidades que hoje reivindicam sua identidade. O reconhecimento por parte do Governo Estadual já é uma realidade e um apoio importante na luta pela legitimidade.

Assim, de acordo com o Decreto Nº 27.320, de 19 de setembro de 2017 do Governo do Rio Grande do Norte, o qual institui a Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do RN (CEPIN/RN), define as diretrizes para a construção do Plano Estadual de Políticas para os Povos Indígenas (PEP/Indígenas), e dá outras providências. Nesse documento são reconhecidas 9 comunidades indígenas no estado. A Figura 04 evidencia os municípios onde as comunidades indígenas estão localizadas.

De acordo com o referido Decreto, são reconhecidas as seguintes comunidades: Sagi/Trabanda (Baía Formosa); Eleotérios do Catu (Goianinha/RN e Canguaretama); Mendonças do Amarelão, Serrote de São Bento e Assentamento Santa Terezinha (João Câmara/RN); Tapará (Macaíba e São Gonçalo do Amarante); Nova Descoberta/Etnias Potiguara (Jardim de Angicos); Caboclos (Assú) e Tapuia-Paiacú (Apodi).

Figura 04 - Municípios com comunidades indígenas reconhecidas pelo estado do RN



Fonte: Decreto Nº 27.320, de 19 de setembro de 2017 do Governo do Rio Grande do Norte

Ao abordar esse assunto, o principal questionamento que surge é justamente sobre esse hiato na existência dos povos indígenas do RN. Como desapareceram e reaparecem com mais evidência somente agora no século XXI? A busca dessa resposta passa pelos escritos históricos e antropológicos, assim como pelos dados censitários, os quais durante um determinado período não apresenta a categoria indígena na pesquisa sobre demografia brasileira, assumindo a categoria pardo como representativa dessa etnia, mediante a justificativa da miscigenação (IBGE, 2011).

De acordo com Guerra (2007), numa análise cuidadosa, percebe-se que, até o ano de 1844, havia registros de pelo menos seis mil e setecentos indígenas no Rio Grande do Norte. E, em apenas seis anos, ou seja, a partir de 1850, coincidentemente no ano da institucionalização da lei nº 601 - Lei de Terras, inexplicavelmente os povos indígenas desapareceram do território potiguar e dos censos oficiais, surgindo referências aos mestiços e pardos. Dessa forma, a identidade indígena foi levada a uma diluição na temática da miscigenação, parte de uma política maior com um viés homogeneizador. Um verdadeiro etnocídio.

Nessa intermitência, esses povos seguiram desarticulados, negando suas origens por medo e vergonha do preconceito pujante da sociedade, devido ao olhar alimentado pelas ideias errôneas do índio violento, selvagem, atrasado, que ainda perdura nos dias atuais. Como afirma Guerra (2009, p.10), os povos indígenas

enfrentam diversos tipos de preconceito e de discriminação consubstanciados no desdém por parte de alguns setores da sociedade civil, que simplesmente desqualificam essas pretensões. Isso se deve à falta de conhecimento sobre o assunto ou simplesmente pelo fato de estarem em jogo interesses individualistas, principalmente no que se refere a questões territoriais.

Portanto, é inegável a necessidade de levar tais discussões para a sala de aula, propor atividades que incluam a temática indígena, sem a necessidade de se restringir ao conteúdo de dinâmica populacional. Há possibilidades de abordagem também em conteúdos que discutem reforma agrária, questões ambientais, até mesmo cartografia temática, como é o caso da proposição de sequência didática apresentada (Quadro 3).

A ideia é familiarizar o aluno com a temática, criar momentos pedagógicos em que apareçam situações envolvendo estes grupos, até que os mesmos passem a ser enxergados com naturalidade e não mais como uma curiosidade exótica.

SAIBA MAIS



- ✓ Programa Diálogo Plural: entrevista com o tema "Identidade indígena do RN"
<https://www.youtube.com/watch?v=DEVWjQ5CvWw>
- ✓ Livro: Identidade indígena do Rio grande do Norte, Jussara Galhardo Aguirres Guerra. Editora: IMEPH.



Quadro 3: Proposta de sequência didática - Mapeando a população indígena do RN

Tema	População autodeclarada indígena do RN
Objetivos	Evidenciar a distribuição da população indígena do RN
Competências e Habilidades	C2 - Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder. H6 - Interpretar diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos

Duração	3 aulas de 45 min
Material necessário	Laboratório de informática, mapa base do RN, canetas coloridas.

1º momento - Introdução ao tema

O professor deverá introduzir a discussão sobre a existência de indígenas no Rio Grande do Norte, aferindo que conhecimentos os alunos detêm e se os mesmos conseguem enxergar alguma influência indígena no seu dia-a-dia.

Em seguida, o professor deverá encaminhar a turma para o laboratório de informática para que realizem um levantamento de dados sobre a população indígena do RN.

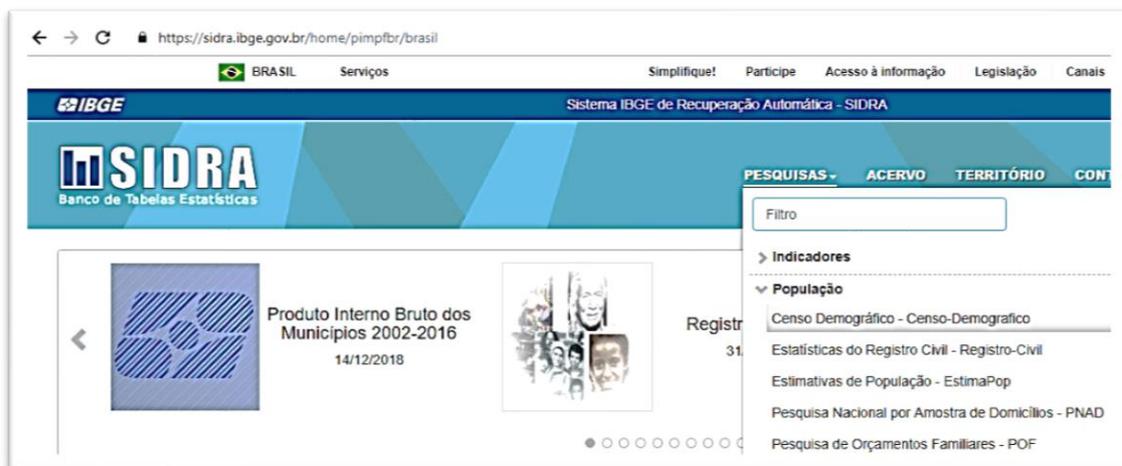
Caso a escola não disponibilize essa infraestrutura, fica a cargo do professor encaminhar as orientações para ser feita a atividade externamente ou apenas demonstrar o processo aos alunos e ao final disponibilizar a tabela de dados.

2º momento - Atividade prática: Mapeamento da população indígena do RN

A primeira fase da atividade proposta é a coleta de dados para confecção do mapa no Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. O acesso se dá através do endereço <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>.

Ao acessar o sistema deverá seguir os passos conforme as imagens a seguir:

No menu pesquisas, escolher Censo demográfico para acessar a página do Censo 2010.



No Censo, escolher visualizar os Resultados preliminares para montar a tabela População residente por sexo, situação do domicílio e cor ou raça (tabela 3145).

Os dados encontram-se organizados em temas, cada tema apresenta Mesorregiões Geográficas, Microrregiões Geográficas, Regiões Metropolitanas e Regiões Metropolitanas Integradas.

A seguir são apresentadas as tabelas agrupadas em temas.

População

	Número	Nome	Período
☰	3145	População residente por sexo, situação do domicílio e cor ou raça - Resultados Preliminares do Universo	2010

O próximo passo é escolher as variáveis que vão compor a tabela. No caso, a variável indígena e os municípios do RN. As opções marcadas deverão estar idênticas a imagem seguinte.

População residente (Pessoas)
 População residente - percentual do total geral (%): < 2 de 5 > casas decimais

Sexo [1/3]

☰ ☒ 🔍

Total
 Homens
 Mulheres

Situação do domicílio [1/3]

☰ ☒ 🔍

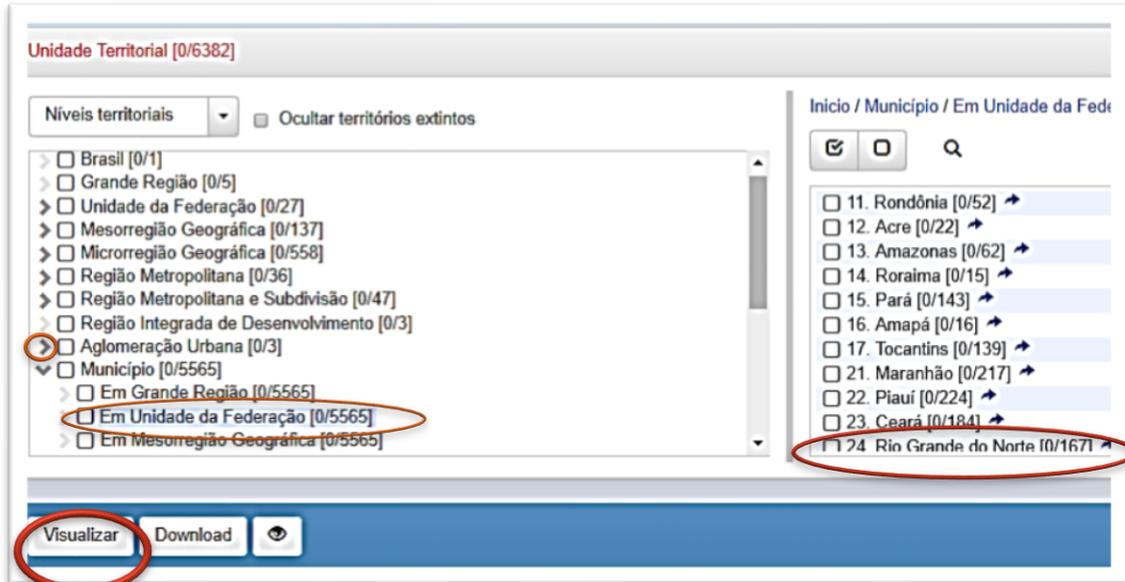
Total
 Urbana
 Rural

Cor ou raça [1/7]

☰ ☒ 🔍

Total
 Branca
 Preta
 Amarela
 Parda
 Indígena
 Sem declaração

Para escolher a unidade territorial, é necessário um clique na seta na opção municípios (não clicar no quadro); em seguida, em cima da opção Unidade da Federação e, ao lado, marcar o quadro Rio Grande do Norte e visualizar.



Surgirá a tabela com os municípios e sua respectiva população indígena. Para facilitar a visualização, organizar os resultados em ordem decrescente e logo se terá os dados de forma organizada, destacando primeiramente os municípios que apresentam população autodeclarada indígena.

https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3145#resultado

Layout Ordenar Funções

Descendente Ascendente Ordenar resultado Remover ordenação

Tabela 3145 - População residente em situação do domicílio e cor ou raça - Resultados Preliminares do Universo

População residente (Pessoas)

Cor ou raça - Indígena

Ano - 2010

Sexo - Total

Situação do domicílio - Total

Município

Município	
Acari (RN)	-
Açu (RN)	48
Afonso Bezerra (RN)	-
Água Nova (RN)	-
Alexandria (RN)	17

De posse da tabela, os alunos terão formado o banco de dados a ser utilizado na confecção do mapa.

A ideia é confeccionar um mapa semelhante ao apresentado na introdução da sequência didática utilizando como mapa base o mapa dos municípios do RN (Figura 5) da página 29.

Para isso, os alunos deverão identificar no mapa os municípios que possuem dados de população indígena, em seguida representar esses dados.

Para tanto, o professor orientará a dividir esses dados em classes de valores. Por exemplo, 1-20; 21-40; 41-80 e assim sucessivamente, a fim de representar por cores ou símbolos distintos cada uma das classes.

Por demandar um certo tempo de realização, aconselha-se que a atividade inicie em sala de aula sob a mediação do professor, mas seja concluída externamente. A atividade pode ser organizada em grupo.

Além da população autodeclarada, os alunos deverão marcar no mapa os municípios com comunidades indígenas reconhecidas pelo estado do RN.

Essa atividade poderá também ser utilizada como prática no conteúdo de cartografia temática, como forma de complementar o conteúdo do livro didático.

3º momento - Conversas sobre os resultados

Ao finalizar a atividade, o professor deverá dialogar com os alunos sobre o que aprenderam a partir da atividade, buscando estabelecer relações com o local na perspectiva de saber se no seu município existem pessoas que se autodeclaram indígenas; se conhecem alguém dessa categoria; se seus familiares comentam que conhecem ou conheceram no passado algum povoado ou comunidade popularmente identificada como indígena ou cabocla.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA 4: EXISTEM INDÍGENAS NO RIO GRANDE DO NORTE!

A população indígena do Rio Grande do Norte durante muito tempo permaneceu na invisibilidade total, mascarada pelo discurso da miscigenação, até que ressurgiu no movimento de reconstrução e reorganização desses povos na luta pelo reconhecimento de sua identidade étnica.

De acordo com o Marco Conceitual dos Povos Indígenas do RN(2013), esse movimento ganha força principalmente a partir do ano de 2002, quando é possível verificar a formação de uma militância indigenista e, por meio dela, os indígenas passaram a atuar no processo de construção do movimento, também estabelecendo contato com o movimento indígena organizado.

A princípio o movimento caminhava sem o apoio das principais instituições indigenistas do país, até que, após reivindicação, em maio de 2011 foi criada a Coordenação Técnica Local (CTL), da FUNAI, no Rio Grande do Norte, com sede na capital. O movimento conta ainda com apoio da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME. Desde sua criação foram realizados diversos eventos de mobilização como as Assembleias dos Povos Indígenas do Rio Grande Do Norte e audiências públicas, Assembleia das Mulheres Indígenas do Rio Grande do Norte.

Devido ao longo processo para o reconhecimento das terras indígenas e as circunstâncias historicamente desfavoráveis à questão indígena, as áreas reivindicadas não foram ainda regularizadas. O ponto de partida para esse processo ocorreu na comunidade Sagi-Trabanda, quando em maio de 2015 foi publicada a Portaria nº 428, constituindo Grupo Técnico com o objetivo de realizar os estudos de natureza etnohistórica, antropológica, ambiental e cartográfica, necessários ao procedimento de identificação e delimitação da Terra Indígena Sagi/Trabanda, localizada no Município Baía Formosa. Atualmente a comunidade ainda está em estudo.

Tendo em vista o recente despertar para o estudo das comunidades indígenas do RN, é comum a dificuldade para encontrar materiais; no geral as informações e estudos estão dispersos na internet. Dessa forma, é importante destacar algumas

informações a respeito das comunidades existentes no Estado, no intuito de melhor orientar o professor na abordagem sobre as mesmas em sala de aula.

O Marco Conceitual dos Povos Indígenas contabilizava 6 comunidades indígenas, com uma população de aproximadamente 4 mil moradores em todo estado, de acordo com levantamento prévio feito pela Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças - SEPLAN. No entanto, atualmente, esses dados carecem de atualização, já que já somam 9 comunidades, conforme identificação a seguir:

- SAGI TRABANDA:

A aldeia de Sagi-Trabanda está localizada no município de Baía Formosa, Rio Grande do Norte, às margens do rio Guaju, local de reserva de Mata Atlântica, circundada por plantações de cana de açúcar e pelo Oceano Atlântico.

No local, vivem cerca de 250 habitantes, que conformam 82 famílias que se afirmam indígenas e são reconhecidas pelo Estado. Os indígenas do Sagi guardam a memória de antepassados que habitam o local há pelo menos dois séculos e fazem menção a parentes e antepassados que teriam vindo de aldeias da Baía da Traição, na Paraíba, e se estabelecido no local (BEZERRA, 2017).



Comunidade Sagi Trabanda

Fonte: NEABI/IFRN

Fonte: NEABI/IFRN



Baiteiras

A pesca artesanal é uma das atividades tradicionais da comunidade, sendo complementar à agricultura, que é cultivada nas terras de paús (processo semelhante às culturas de vazante, onde se utiliza do solo sempre úmido devido à proximidade de curso ou reservatório de água). O excedente de pescados é vendido a restaurantes e terceiros. A

atividade de pesca é passada entre as gerações, transmitida desde bisavôs. Ainda

crianças, os homens são iniciados nos ensinamentos para formação de um bom pescador.

No Sagi, a proximidade do mar, os manguezais, as embarcações expostas à frente das casas e as redes de pesca estendidas nos cercados, quintais ou alpendres, são reveladores de uma notória tradição pesqueira, ilustradas por armadilhas para capturar camarões, figuras de cavalos marinhos e tartarugas trançados em cipós nativos, utilitários de quenga de coco, cortinas de escamas de peixe, “baiteiras” (pequenas embarcações), remos, âncoras, além das redes de pesca com tramas variadas e adequadas à diversidade de tamanhos dos pescados (FERREIRA; BEZERRA, 2018).

Apesar dessa descrição delinear uma imagem belíssima, de um lugar ribeiro paradisíaco em harmonia com a natureza, que de fato é bastante exuberante, no contexto social, os desafios e conflitos são constantes. A comunidade vive em disputa com uma atividade econômica bastante tradicional, porém nada harmônica com o meio ambiente e com as famílias residentes, que é a cana-de-açúcar. São recorrentes os conflitos fundiários na área, o que mostra a urgência do reconhecimento como Terra Indígena para assegurar a sobrevivência desse povo.

Por ser litoral, o turismo também é uma realidade, de forma que alguns dos habitantes da comunidade se inserem na atividade de maneira informal, por meio do comércio de comidas, serviços de guiamento e venda de artesanato.

A Festa do Milho, que ocorre no mês de junho, é um marco comemorativo da comunidade, onde todos se reúnem para agradecer a colheita, dançar o toré e se confraternizar.

- **ELEOTÉRIOS DO CATU**

Fonte: Autora/acervo pessoal



Plantação de mandioca no Catu

Situados no vale do Rio Catu, circundados por plantações de cana de açúcar e pela Área de Proteção Ambiental - APA Piquiri-Una, se encontra a aldeia Catu dos Eleotérios. Afirmando-se indígenas potiguaras do Catu e vivendo na comunidade existe 173 famílias (aproximadamente novecentas pessoas).

O Rio Catu serve de divisa entre os municípios de Canguaretama e Goianinha. Às margens do referido rio, se desenvolveu a comunidade, com a construção de moradias e a prática de atividades de coletas de frutos silvestres, sendo a mangaba a principal delas. Além da caça e pesca artesanal. Com a chegada de invasores e fazendeiros houve a derrubada, sem precedentes, da mata nativa, provocando a escassez dos meios de subsistência. Atualmente a agricultura é a principal atividade econômica da comunidade, sendo cultivados batata, macaxeira e hortaliças para comercialização nas feiras. É dessa forma que a maioria dos membros dessa comunidade se sustenta, além do recebimento de benefícios sociais do governo federal. De modo sazonal, realizam práticas de coleta de mangaba e a pesca no Rio Catu.

Fonte: Autora/acervo pessoal



Escola Indígena

Alguns moradores da comunidade também se inserem na produção de cana de açúcar, cultivada no entorno da comunidade, através de trabalhos temporários do corte da cana.

No que tange à cultura dessa comunidade, anualmente no dia 01 de novembro é realizada a Festa da Batata. De

acordo com o Cacique Luiz Catu, a festa celebra a importância do cultivo e do consumo da batata-doce, da crença em Tupã, na Mãe Terra e nos Encantados, na recuperação da dança do Toré, do artesanato local, do idioma Tupi, símbolos e tradições culturais acionados para reafirmação da identidade indígena potiguara.

Fonte: Autora/acervo pessoal



Dança do toré na festa da batata 2018.

Além do viés festivo, há também o gastronômico e educacional, com palestras e mesas abertas à participação de todos. Na programação um dos pontos altos é o Concurso da Maior Batata, além de toda gastronomia em torno desse alimento. a elaboração de diversos pratos doces e salgados à base de batata-doce

- MENDONÇAS DO AMARELÃO, SERROTE DE SÃO BENTO E ASSENTAMENTO SANTA TEREZINHA

De acordo com a história oral da comunidade, o grupo familiar Mendonça se constituiu a partir de antecessores indígenas pertencentes à etnia Potiguara (Brejo de Bananeiras - PB), que se deslocou da Paraíba para o Rio Grande do Norte, no início do século XIX, devido a situações de crise provavelmente epidemias de cólera, as secas, expansão colonial (GUERRA, 2011).

Os Mendonça do Amarelão constituem uma família com aproximadamente duas mil pessoas que ocupam diversas localidades: Amarelão (território originário no campo); Assentamento Santa Terezinha, resultado de uma luta conjunta com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras - MST , na década de 1990; Serrote de São Bento a dois quilômetros do Amarelão e Amarelão Novo (Zona Norte, meio urbano). Este último formado pela migração de parte do grupo para Natal por ocasião de um período de intensos tremores de terra que ocorreram em João Câmara, entre as décadas de 1950 e 1980. O nome foi escolhido devido ao sentimento de pertença ao grupo original, apesar da separação de aproximadamente 80 km de distância.

Ainda sobre a formação da comunidade, Guerra (2003) afirma que existem referências feitas por Câmara Cascudo aos “Mendonça”, quando afirma que: “Pelos trilhos, dez quilômetros além, estendia-se o Amarelão onde os Mendonças moravam há mais de um século em regime tribal, mestiços de Tupis, fugidos dos aldeamentos que se tornaram vilas”.

No que diz respeito às atividades laborais dos Mendonças, sabe-se que, inicialmente, viviam quase que exclusivamente da caça e de pequenas lavouras de subsistência, tais como feijão, milho e mandioca. Posteriormente, quando as grandes fazendas começaram a se instalar no Mato Grande, foram contratados para fazer os desmatamentos. Com o cessar dessas atividades passaram a viver mais da agricultura. Na atualidade a comunidade vive basicamente da produção da castanha de forma artesanal.



Fonte: Dioclécio Potiguara

Assim como no Catu, no Mendonças também ocorre uma festividade atrelada ao seu principal cultivo. A Festa da Castanha é uma atividade cultural promovida anualmente pela comunidade, com o apoio de parceiros, objetivando conferir visibilidade e valorizar

o trabalho desenvolvido na comunidade e promover o escoamento dos produtos locais, bem como divulgar a cultura indígena e promover atividades culturais e a troca de experiências com outras comunidades e agricultores familiares da região. Acontece anualmente, sempre no último sábado de agosto, com o intuito de fortalecer a cadeia de valores da castanha de caju.

As comunidades são bem articuladas politicamente, realizam reuniões frequentes para tratar suas demandas e sediam eventos de formação educacional, por exemplo o Encontro de Jovens indígenas do RN.



Fonte: Dioclécio Potiguara

- TAPARÁ

Localizada na Lagoa do Tapará, entre os limites dos municípios de Macaíba e São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte, a comunidade possui mais de 400 moradores distribuídos em aproximadamente 125 famílias. Descendente dos Tapuias, a comunidade da Lagoa de Tapará tem lutado pelo direito e reconhecimento de suas terras e por uma educação escolar indígena para que se possa valorizar mais a história e tradições desse povo.

Um acontecimento importante da comunidade é a Feira Cultural Indígena. O evento conta com apresentações culturais valorizando laços identitários com a sua ancestralidade; apresentam o Toré indígena, expressão do sincretismo religioso implantado no Brasil do período da dominação Portuguesa, Boi de Reis, corrida, capoeira, maculelê, entre outras manifestações culturais, além de comidas típicas da culinária nordestina. A Feira Cultural Indígena da comunidade do Tapará é um importante espaço da cultura de resistência dos povos tapuias.



Fonte: NEABI/IFRN
Centro Comunitário Indígena Tapará



Fonte: NEABI/IFRN
Formação Núcleo Tapará

Assim como as demais comunidades, existem os conflitos territoriais com o entorno. Um desses conflitos se dá pela tentativa de compra de espaços na comunidade para a perfuração de poços para abastecer condomínios, quando os próprios moradores da comunidade têm dificuldades com o abastecimento de água¹. Além disso, existe a preocupação constante com desmatamento de terra para o plantio de cana de açúcar, gerando conflitos com os fazendeiros que usam a terra, que é um bem natural valioso para os povos indígenas, sem os devidos cuidados de preservação. Sem a demarcação das Terras Indígenas, a comunidade fica à mercê dos que tem maior poder econômico e, conseqüentemente, de decisão.

- CABOCLOS

A comunidade Caboclos está localizada no município de Assú, na região onde moravam “Tapuias” da nação dos Janduís. Seus habitantes tem uma relação muito

¹Comunidade indígena da Lagoa do Tapará luta por demarcação da terra. Disponível em: <http://mineiropt.com.br/comunidade-indigena-da-lagoa-do-tapara-luta-por-demarcacao-da-terra/>

forte de identidade com o lugar, de modo que é possível perceber um discurso generalizado em relação a ser descendente de índio. Diante disso, a comunidade é movida pela busca da especificidade indígena e de políticas públicas voltadas para essa população, como a posse da terra e direito a menores tarifas de serviços.

A renda e sustentação das famílias da comunidade dos Caboclos provêm da criação de alguns animais, como bodes e gado, e do trabalho em lavouras. Além do trabalho na fazenda, passado de geração a geração, a construção de cercas de pedra também foi fruto do uso da mão de obra dos índios sobreviventes (OLIVEIRA, 2014, P.183).

A comunidade tem como principais atividades econômicas a pecuária, a pesca artesanal, a agricultura extensiva de subsistência e, secundariamente, a extração da palha de carnaúba. Esta última serve na produção de objetos de uso doméstico e em pequena escala, para uso comercial.

Antes de iniciar o processo de etnogênese, os moradores se sentiam desconfortáveis em assumir sua origem negando morar na comunidade e informando o endereço da comunidade vizinha. Atualmente assumem abertamente o local onde vivem, respondendo como comunidades dos Caboclos.

A comunidade guarda na memória muitas crenças e histórias sobre a origem da comunidade, como por exemplo a da índia “pega a casco de cavalo”, que é contada desde muito antes, pelos parentes dos mais velhos da comunidade. Essa expressão remete à perseguição de um fazendeiro rico a uma índia, em cima de seu cavalo, caçando-a para usá-la como escrava, motivo porque esta fugia. Uma fumaça teria sido usada por alguns para fugirem dessas perseguições. A utilização da expressão faz uma analogia à prática de caça, associando, dessa forma, a Tapuia a um “bicho do mato”. A domesticação da Tapuia manifesta a passagem de um universo selvagem (bravura e pureza) para um marcado pelo surgimento do ser “caboclo” mediante o “amansamento” da índia Tapuia e o parentesco desta com o branco, já que a partir disso é que se teria dado origem “a grande família de caboclo”(GUERRA, 2011, P. 51).

- TAPUIA-PAIACÚ

Os indígenas da Tribo Tapuia-Paiacú da Nação Kariri, são citados em todos os registros históricos como o povo primitivo que habitava as terras semiáridas do sertão antes dos demais europeus chegarem com a meta de ampliar o território conquistado nas suas chamadas grandes navegações. Nas primeiras investidas portuguesas, esses índios resistiram à invasão do seu território. Esta luta que foi articulada pela confederação dos Cariris, com realização datada em torno do ano de 1670. Por razão da resistência à invasão europeia, os povos foram também chamados de "bárbaros".

As batalhas travadas entre índios e brancos europeus proporcionaram matanças cruéis de Tapuias, perseguições, mortes e episódios tristes que até hoje ainda produzem traumas aos índios da região. Muitos fugiram para outras regiões. De acordo com Lúcia Maria Tavares, idealizadora do Museu indígena, no próprio município de Apodi existem muitos remanescentes que não se autoidentificam como índios, mesmo que seus traços físicos demonstrem claramente a relação de pertença à esta etnia. Há algumas pessoas que já se autodeclaram, outras preferem ficar ainda escondidas e vê-se claramente o receio mediante aos fatos vividos pelos antepassados.

Inaugurado em fevereiro de 2013, o Museu Luiza Cantofa em Apodi², região oeste potiguar, é considerado o primeiro museu indígena do estado. Idealizado e mantido por Lúcia Maria Tavares, a instituição tem como objetivo resgatar a história dos Tapuias Paiacus, grupo indígena que habitava a região compreendida entre o rio Açu, na Chapada do Apodi e o baixo Jaguaribe no Ceará.



Pesquisadora Lucia Maria Tavares

Fonte: Lucia Tavares

² Museu resgata a história indígena de Apodi. Disponível em: <http://www.somsemplugs.com.br/museu-resgata-a-historia-indigena-de-apodi/>

O acervo foi montado através de pesquisa em documentos antigos onde Lúcia Tavares encontrou relatos desse povo que costumava viver às margens de lagoas e rios e de famílias que mantinham objetos de seus avós e bisavós. Atualmente o acervo disponível ao público contem peças líticas como machadinhas, pilões, gargantilhas, cachimbos e outros objetos que possuem de centenas à milhares anos de idade.



Museu Luiza Cantofa

Fonte: Lucia Tavares

- NOVA DESCOBERTA/ETNIAS POTIGUARA

De acordo com informações do Seminário sobre Povos Indígenas ocorrido em 2018, a comunidade de Nova Descoberta, no município de Jardim de Angicos será denominada de Aldeia Cachoeira.

Essa é uma das comunidades com menos expressividade em termos de publicação e divulgação sobre os processos de reconhecimento dos indígenas na reunião, inclusive com poucas notícias divulgadas nas mídias. A mesma é citada no Decreto Nº 27.320, de 19 de setembro de 2017 do Governo do RN, o qual Institui a Comissão Estadual de Articulação de Políticas Públicas para os Povos Indígenas do RN, porém carece de publicações acadêmicas a seu respeito.

A comunidade está inserida em um pequeno município do interior do Estado, chamado Jardim De Angicos, fundado em 1963. Distante aproximadamente 108 km da capital, a cidade tem apenas 2.617 habitantes e é conhecida como a terra de Alzira Soreano, a primeira mulher eleita prefeita da América Latina.

No livro “Além dos jardins: história e genealogia de Jardim de Angicos/RN”, Romão (2006) explica o surgimento das comunidades de Jardim de Angicos. Sobre Nova Descoberta o mesmo afirma que a mesma foi fundada na década de 1950, à margem da estrada de ferro que ia em busca da fazenda Lajes. A comunidade teria sido ocupada pelos Mendonças, nativos na nação Paicu-Açu que viveram entre o Cardoso e a Serra do Turreão. Antes de chegar à Nova Descoberta viviam mais ao sul, na Cachoeira e Malhada Salgada, vivendo da caça e trabalhos a jornal.

Ainda de acordo com Romão (2006), o lugar “Nova descoberta” faz alusão às mudanças periódicas que faziam pelas terras das fazendas da região à procura de trabalho, onde improvisavam moradias coletivas. O entorno servia de esconderijos para pessoas que fugiam das fazendas para não morrer.

Os Mendonças eram bons caçadores e até a década de 1990 moravam em pequenas casas de taipa, ao longo da linha do trem, quando receberam casa de alvenaria e eletrificação através de programa de habitação do Governo do Estado.

Na disciplina de Geografia, a prática da pesquisa também se faz importante para ampliar o aprendizado, bem como tornar esse processo mais autônomo. Por meio da pesquisa o aluno se insere diretamente na construção de conhecimento, coletando informações, processando-as e transformando-as em aprendizado significativo para sua formação escolar.

Assim a sequência didática a seguir (Quadro 4) traz como sugestão uma atividade de pesquisa, para que os alunos realizem um levantamento de informações, tendo como produto um portfólio.

SAIBA MAIS



- ✓ Livro: Artesanato Potiguara: Catu dos Eleotérios e Sagi Trabanda
<http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1516>
- ✓ Um papo com o cacique Luiz Katu - Coletivo Foque
<https://www.youtube.com/watch?v=fK-iCveuR7I&t=311s>



Quadro 4: Proposta de sequência didática - Pesquisa e registro das comunidades indígenas do RN

Tema	Comunidades Indígenas do RN
Objetivos	Introduzir o conteúdo Povos indígenas; Discutir os preconceitos e estereótipos envolvidos a essa população
Competências e Habilidades	C1 - Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.

	H 4 - Comparar os pontos de vista expressos em diferentes fontes sobre determinado aspecto da cultura
Duração	1 bimestre
Material necessário	Papel, Fita adesiva, caixa pequena.

1º momento - Levantamento de dados primários

Para a realização da atividade de pesquisa, o professor deverá dividir a turma em grupos. E considerando o número de alunos da turma, cada grupo deverá conter até 5 ou 6 alunos.

Primeiramente o professor deverá explicar a metodologia a ser adotada na atividade, que corresponde a uma pesquisa onde os alunos irão aplicar questionários com a comunidade escolar. As perguntas serão direcionadas no sentido de investigar se os entrevistados tem conhecimento sobre a existência de indígenas no Rio grande do Norte, se os mesmos recordam ter estudado sobre a temática e ao pedir para citar duas palavras que cada um associa ao indígena, o aluno estará retomando discussões anteriores sobre preconceitos e estereótipos, caso apareçam nas respostas.

Assim como ocorreu com os alunos em sala de aula, os mesmos poderão perceber as opiniões convergentes ou não a respeito do que foi estudado na disciplina.

Os questionários serão aplicados com 3 diferentes grupos: alunos, professores e funcionários da escola.

Dependendo do tamanho da turma e do corpo docente no respectivo turno, dividir os grupos de forma que um grupo aplique o instrumento com os funcionários, dois se voltem para professores e os demais realizem a ação em diferentes turmas. O questionário será composto por 4 perguntas objetivas e uma discursiva podendo ser complementado pelo grupo, caso julgue necessário.

Após a aplicação dos questionários cada grupo fará a tabulação dos dados colhidos.

PROFESSOR FUNCIONÁRIO ALUNO

1- Você, em algum momento, estudou sobre povos indígenas?

SIM NÃO NÃO SEI

2- Já estudou sobre povos indígenas do RN?

SIM NÃO NÃO SEI

3- Atualmente no RN tem comunidades indígenas?

SIM NÃO NÃO SEI

4- Conhece alguém de origem indígena?

SIM NÃO NÃO SEI

5- Cite 2 palavras que você associa ao indígena

Os resultados poderão ser expressos em tabelas e gráficos para uma melhor visualização.

É importante orientar para que seja feita uma análise dos resultados e as impressões de cada grupo. Explicar para os alunos que em uma pesquisa, essa é a etapa de levantamento de dados primários. Esse exercício serve também para familiarizar os estudantes com técnicas de pesquisas que eles podem estender às demais disciplinas, usando assim a pesquisa como princípio educativo.

2º momento - Pesquisa de campo

Além da teoria, é muito importante que o aluno tenha contato com a realidade. Dessa forma, é ideal que sejam planejadas aulas de campo para que possa ser observado *in loco* questões discutidas em sala de aula. Apesar das dificuldades, principalmente orçamentárias, em executar esse tipo de aula, é inegável o enriquecimento dessa metodologia de ensino.

A aula de campo tem como destino a comunidade indígena do Catu, que dispõe de um roteiro para visitação de estudantes. No roteiro todos são recebidos pelo cacique (Luiz Catu), representante político da comunidade, que faz uma explana o sobre a comunidade, sua história e seus costumes. O roteiro inclui ainda uma trilha margeando o rio Catu, onde podem ser observadas a vegeta o local. Os guias locais abordam questões de educa o ambiental durante a trilha. Após a trilha   servido almoço e a programa o da tarde conta com visita o na escola indígena e oficinas de pintura corporal e artesanato.

Nessa atividade os alunos deverão tomar nota das observa es, fotografar, gravar áudios e vídeos para o compor o produto a ser elaborado no final.

De modo geral, ao final dessa atividade, os alunos saem bastante sensibilizados com a causa indígena, de forma mais efetiva do que na sala de aula. Provavelmente porque ouvem outra versão da história contada não por um porta voz, mas por integrante do movimento indigenista.

3º momento - Levantamento de dados secundários

Nesta etapa, o grupo de alunos irá fazer o trabalho de pesquisa documental. Utilizando principalmente a internet, podendo utilizar inclusive as redes sociais, pois algumas comunidades mant m páginas com informa es sobre seus eventos e cotidiano.

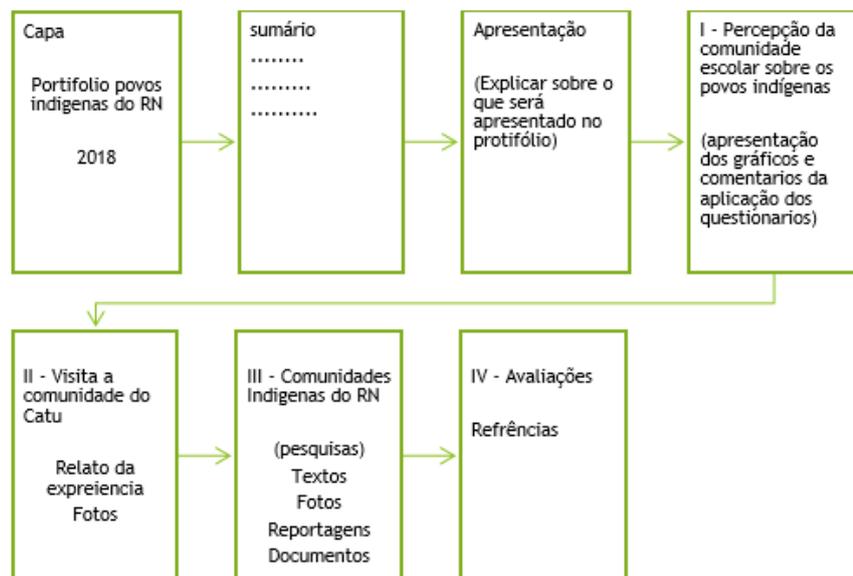
Os alunos deverão pesquisar sobre as comunidades indígenas do RN, organizando todo material encontrado, com suas respectivas fontes. De posse dessas informa es farão um portfólio que pode ser intitulado "indígenas do RN".

O professor poderá indicar referências de páginas eletrônicas e demais fontes, caso os alunos apresentem dificuldade de encontrar material.

4º momento - Elaboração do portfólio

O professor deverá orientar os grupos para a seguinte organização do portfólio:

- capa ou folha de rosto com os dados gerais do grupo;
- sumário indicando a organização do portfólio;
- prefácio ou apresentação do conteúdo;
- amostras dos trabalhos realizados na sequência, seguidos de uma reflexão ou comentários sobre o processo para obtenção do produto;
- amostras opcionais explicando o porquê de sua inclusão.



PALAVRAS FINAIS

A elaboração desse material buscou colaborar para a discussão da temática indígena na Geografia escolar. Por se tratar de uma temática ampla, o material não teve a pretensão de encerrar a discussão, mas de instigar à pesquisa e ao interesse pelo tema, tanto por parte do professor, quanto dos estudantes.

É de suma importância que possamos buscar nossa identidade enquanto cidadãos brasileiros e reconhecer a importância dos povos indígenas não só na formação, mas também na manutenção da nação e de seus recursos. Embora não possamos tomar o lugar de fala dos povos indígenas, podemos todos ser aliados na busca por justiça social e pelo reconhecimento de seus direitos, além de contribuir para que a sociedade se torne mais esclarecida em torno dessa temática, uma vez que muito do preconceito vem da falta de conhecimento.

No mais, se espera que esse material possa inspirar outras iniciativas, que outras ideias aflorem no sentido de enriquecer cada vez mais a aprendizagem, em especial na Geografia, para que essa disciplina cumpra também um papel de formação cidadã para com o aluno e para o professor que apende ao ensinar.

... o trabalho continua!!

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Nilton Xavier (org.). **Artesanato Potiguar**: Catu dos Eleotérios e Sagi Trabanda. Natal: IFRN, 2017.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro, 2012.
- BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação. SECAD; SEPPPIR, jun. 2009
- DIAS, Leonardo Guimarães Vaz. A guerra dos bárbaros; manifestações das forças colonizadoras e da resistência nativa na América Portuguesa. **Revista Eletrônica de História do Brasil**. Juiz de Fora, v. 5, n. 1, jan-jun, 2001. p. 04-17. Disponível em: <http://www.ufjf.br/rehb/edicoes-anteriores/volume-5-n%C2%B0-1-jan-jun-2001/>. Acesso em 08 jan 2019.
- FARIAS, José Airton de. **Índigenas no Brasil e povos da África: breves histórias**. 2 ed. Fortaleza: Sistema Ari de Sá de Ensino, 2017.
- FLORÊNCIO, Carlos Manuel Diogo da Luz. **As margens do Piraquê-Açu: antogênese e território: uma abordagem geográfica**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2010.
- FUNARI, Pedro Paulo; PIÑON, Ana. **A temática indígena na escola: subsídios para os professores**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. **Construindo outra história: do silêncio às múltiplas vozes indígenas no rio grande do norte**. In: ANPUH - XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.
- GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. **Identidade indígena no Rio Grande do Norte: caminhos e descaminhos dos Mendonça do Amarelão**. 1ª. Ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.
- IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Características Étnico-raciais da População um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008**. Rio de Janeiro: 2010.
- LOPES, Nei. **Dicionário escolar afro-brasileiro**. São Paulo: Selo Negro, 2006.
- NASCIMENTO, Carlos Henrique do. **Avaliação do perfil socioeconômico da comunidade indígena da lagoa do tapará para o desenvolvimento da assistência técnica rural**.
- PEREIRA, Maria Gorete Nunes. **Potiguar de Sagi: da invisibilidade ao reconhecimento étnico**. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
- ROMÃO, João Evangelista. **Além dos Jardins: História e Genealogia de Jardim de Angicos/RN**. 2 ed. Estados Unidos da América:2009. Sem Ilustrações. ISBN: 978055714279-8